

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE
BELO HORIZONTE – CMAS/BH**

**Ata da 107ª Plenária do Conselho Municipal de
Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH**

Aos oito de agosto de 2007, no auditório da Casa dos Conselhos, situada à Rua Eurita, 587 – Bairro Santa Tereza, iniciou-se a 107ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/BH. A presidente, Léa Lúcia Cecílio Braga, iniciou com a leitura das justificativas de ausências dos seguintes conselheiros: Carmem Panades Rubio e Maria Goretti de Moraes Corrêa. Após Léa colocou em discussão a ata da 106ª Plenária e pediu esclarecimento à Secretaria Executiva quanto à forma como foi encaminhada a ata, pois alguns conselheiros alegaram não tê-la recebido. Rosângela Cristina dos Santos informou que a ata foi encaminhada através do Correio e por e-mail. A ata foi colocada em votação e aprovada com 18 votos a favor e 3 abstenções. Em seguida Léa passou para o primeiro ponto de pauta: apresentação e discussão da Renovação de Inscrição de Entidades de Educação. Léa convocou a conselheira e coordenadora da Comissão de Normas, Margareth Clemente dos Santos, para a apresentação da Renovação da Inscrição do Colégio Frei Orlando I e II e Beneficência Franciscana, localizado na Rua Três Pontas, 605 – Carlos Prates (Unidade I) e Rua dos Agrônomos, 85 – Alípio de Melo (Unidade II), sendo suas ações de âmbito municipal. O Colégio possui Renda Bruta de R\$ 8.029.664,85 (Oito milhões, vinte nove mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), a gratuidade corresponde a R\$ 1.605.393,16 (Um milhão, seiscentos e cinco mil, trezentos e noventa e três reais e dezesseis centavos) , tendo sido aplicado em BH R\$ 1.416.905,61 (Um milhão, quatrocentos e dezesseis mil, novecentos e cinco reais e sessenta e um centavos), ou seja, 17,65% da gratuidade. O Colégio apresentou como justificativa de gratuidade: serviço de Apoio ao Estudante (material escolar, uniforme, transporte, merenda) com o custo anual de R\$ 28.062,65 (Vinte e oito mil, sessenta e dois reais e sessenta e cinco centavos); parceria com o Centro de Educação e Esporte São Francisco – CESFRAN, que atende a 172 crianças e adolescentes na Educação Infantil e Socialização Infante-Juvenil, com o custo anual de R\$ 131.202,84 (Cento e trinta e um mil, duzentos e dois reais e oitenta e quatro centavos) e o Programa para Jovens – Agente Jovem que atende a 75 adolescentes de 15 a 18 anos em dois núcleos (Pedreira Prado Lopes e Vila Senhor dos Passos), sem custo anual; parceria com o Centro Geriátrico Lar Frei Zacarias, Instituição de Longa Permanência, que atende a 31 idosos, com custo anual de R\$ 286.039,60; parceria com a Casa Lar Santa Clara que atende a 21 mulheres da Vila São Francisco, com curso de geração de renda e inclusão produtiva, custo anual de R\$ 3.337,37 (Três mil, trezentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos) e parceria com a Ação Social da Beneficência Franciscana que atende a 17 famílias no Atendimento Emergências Básico (cesta básica e medicamentos), custo anual de R\$ 60.889,03 (Sessenta mil, oitocentos e oitenta e nove reais e três centavos). Margareth colocou que a Comissão de Normas vinha analisando e negociando com o Colégio há dois meses e o que foi apontado como negativo é que o Colégio estava considerando as bolsas abaixo de 50% e para o Conselho são consideradas bolsas a partir de 50% para alunos com percapta de até 1 salário mínimo. A Comissão observou que, como a Beneficência é de âmbito municipal, ela tem que aplicar os 20% da gratuidade em Belo Horizonte. Com receita em torno de 8 milhões, ela deveria aplicar 1 milhão e 600 mil reais, mas como foram retiradas as bolsas abaixo dos 50% ela atingiu 1 milhão e 400 mil reais. Portanto faltou em torno de 180 mil reais para atingir os 20%. Em função disso negociou-se com a Secretaria da Regional Noroeste, na pessoa da Kátia Rochael Rodrigues, também conselheira e com conselheiro Luís Fernando de Abreu Xavier, quando a entidade assumiu pagar esse valor que está faltando. A proposta é de ampliar na regional noroeste alguns serviços para melhorar a Proteção Social Básica. As ações começarão este ano e uma delas terminará em 2008. O valor desta proposta não poderá entrar nos 20% que a entidade terá que comprovar no próximo ano, uma vez que estará pagando o que ficou devendo. Margareth finalizou citando as ações pactuadas com a regional como a parceria com a Casa do Brincar - São José que atenderá crianças de zero a 6 anos na área do Núcleo de Apoio a Família - NAF/CRAS. Essa parceria será gerenciada pela Providência Nossa Senhora da Conceição. O custo será de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais). A entidade entrará com a infra-estrutura e a manutenção será feita pela Prefeitura. Outra parceria será com entidade Centro Social São Tiago Maior com um custo de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) e por último a ampliação do CESFRAN com um custo de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais). Em seguida, a Conselheira Kátia fez uma

50 defesa, ponderando que o Município de BH estava num momento de conclusão de Conferência e por isso a Comissão
51 de Normas buscou no projeto elementos que tinham coerência com as deliberações da Conferência e com o Plano
52 Municipal de Assistência Social. Foram identificados elementos como a ampliação dos direitos, ampliação da proteção
53 básica e a aproximação dos serviços aos usuários. Disse que o Centro Social São Tiago Maior terá espaços para que os
54 NAF's possam realizar oficinas de forma que o serviço fique mais próximo dos usuários, pois funciona dentro da Vila
55 São José. Com isso haverá a criação e melhoria dos fluxos entre os serviços, ampliação do controle social sobre a
56 Política de Assistência Social e ampliação dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social, além
57 desses serviços serem de ação continuada. Kátia ressaltou que as bolsas e o apoio ao estudante são para famílias com
58 percapta de até um salário mínimo, portanto, o público beneficiário é o da Assistência Social e que os serviços
59 implementados, como o Socialização Infanto-Juvenil, Programa para Jovem, a Instituição de Longa Permanência e
60 serviços emergenciais, são ações continuadas da Assistência Social. Com relação à Casa do Brincar Kátia disse que há
61 1 ano o NAF São José está em implantação do serviço e a Vila tem uma demanda muito grande devido à quantidade
62 de crianças. O CESFRAN é uma entidade com atuação na Socialização Infanto-Juvenil e conveniada com a Secretaria
63 Municipal Adjunta de Assistência Social – SMAAS e o recurso aplicado pelo Colégio, não obstante ampliar o
64 patrimônio da entidade, também ampliará o número de vagas. A Comissão está solicitando que essa ampliação de
65 vagas seja informada à Gerência Regional de Assistência Social – GERAS para que a Gerência possa garantir que
66 10% das vagas sejam destinadas a encaminhamentos feitos pela Gerência que tem a visão global das demandas.
67 Ressaltou a importância de assegurar, além dos 10% das vagas, o apoio aos usuários, como transporte. Com relação ao
68 controle social Kátia disse que discutiu-se na Comissão que, além da divulgação junto ao Conselho Regional de
69 Assistência Social – CRAS e aos serviços da GERAS, a entidade indique o período de abertura dos novos projetos e
70 de captação dos alunos beneficiados das bolsas para que o CRAS tenha ciência e possa fazer os encaminhamentos.
71 Concluiu dizendo que dessa forma fica a perspectiva de que no início do próximo ano seja articulado, junto a SMAAS,
72 projeto de qualificação profissional e inclusão produtiva nesse espaço. A coordenadora do NAF Vila São José, Valéria
73 Silva Cardoso, acrescentou que no território do NAF São José tem aproximadamente 4.800 domicílios e uma
74 população de quase 20.000 pessoas, pelos dados do censo de 2000. Informou que da população total
75 aproximadamente 50% são crianças e adolescentes e 17% são crianças de zero a 6 anos. Nesse território há 19 ONG's,
76 sendo que 7 são creches, que não conseguem atender à demanda dessas crianças. Daí a importância da Casa do
77 Brincar para completar o sistema local e para a consolidação da Política de Assistência Social. O conselheiro Luís
78 Fernando ressaltou que a função do Conselho é legislar sobre a causa defendendo os princípios da Política de
79 Assistência Social. Isso foi feito quando tentou articular Secretaria e entidade para pactuar as demandas sociais dentro
80 do BH Cidadania da Vila São José. Informou que a Casa do Brincar já estava na Câmara, teve audiência e teve acordo.
81 Já o Colégio foi muito aberto e flexível para a negociação. Disse que já tem um cronograma para a execução do
82 projeto e a construtora já está trabalhando no local. O espaço será dividido com o Centro de Saúde e tem todo um
83 conjunto de serviços e programas voltados à criança e ao adolescente. Luís Fernando colocou que o NAF está
84 localizado em uma área fora da Vila, na parte de cima. Da parte de baixo, por questão de gangues e do tráfico, não há
85 fluxo de serviços e o público não é atendido. Com a proposta do Colégio a Comissão e a GERAS tentaram garantir o
86 fluxo para o público alvo da Assistência Social. O conselheiro Levi Aparecido Rodrigues da Cunha pediu
87 esclarecimentos quanto ao tempo de funcionamento do Programa para Jovens e o local e quanto ao critério de escolha,
88 uma vez que há comunidade de maior vulnerabilidade que a outra, onde só tem atendimento para 25 jovens. Ana
89 Rogéria Vitório Caon, representante da SMAAS, esclareceu que o Programa para Jovens é um serviço que tem sido
90 expandido junto com os NAF's. Disse que hoje, no município, há um total de 1.500 vagas e se dividir para as 9
91 regionais, o número não corresponderá à demanda de nenhuma das comunidades. Disse que a discussão é de ampliar o
92 programa como um todo e pensar ações para a juventude, pois esse programa não dá conta de atender toda a demanda
93 do município. Valéria complementou esclarecendo que cada NAF na região noroeste tem 2 núcleos do programa para
94 jovens. Este programa tem recurso da bolsa que cada jovem recebe no valor de R\$ 65,00, que vem direto do
95 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e há o recurso que é repassado à entidade mantenedora, que faz o
96 gerenciamento. Concluiu dizendo que os núcleos do programa funcionam de acordo com a realidade do território, cuja
97 verificação é feita pelo NAF. Após os esclarecimentos Léa colocou a renovação da entidade em processo de votação e
98 foi aprovada com 27 votos a favor, 1 contrário e 2 abstenções. A outra entidade apresentada foi o Colégio Imaculada

99 Conceição e Jardim Azul. Margareth informou que a entidade é de âmbito nacional. O Colégio possui renda bruta de
100 R\$ 5.264.356,89 (Cinco milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta e nove
101 centavos) , a gratuidade a ser aplicada é de R\$1.052.871,38 (Um milhão, cinquenta e dois mil, oitocentos e setenta e
102 um reais e trinta e oito centavos) e aplicou em Belo Horizonte R\$ 552.584,94 (Quinhentos e cinquenta e dois mil,
103 quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa e quatro centavos) que equivale a 10,5% do total da gratuidade a ser
104 aplicada. O Colégio apresentou como justificativa de gratuidade a concessão de 261 bolsas de estudo parciais e
105 integrais para o EJA e Ensino Regular, com o custo anual de R\$ 482.458,50 e o custeio de benefícios complementares
106 como material didático, transporte escolar e merenda escolar para o Programa de Educação de Jovens e Adultos –
107 EJA, com custo anual de R\$ 70.126,44. Terminada a apresentação foram feitos alguns comentários e a renovação da
108 inscrição deste Colégio foi aprovada com 27 votos. A última entidade apresentada foi o Colégio Loyola. Margareth
109 informou que a entidade é de âmbito Nacional. O Colégio possui renda bruta de R\$ 20.056.853,73 (Vinte milhões,
110 cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e três reais e setenta e três centavos) , a gratuidade a ser aplicada é de R\$
111 4.011.370,75 (Quatro milhões, onze mil, trezentos e setenta reais e setenta e cinco mil centavos) e aplicou em Belo
112 Horizonte R\$ 2.086.182,72 (Dois milhões, oitenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais e setenta e dois centavos). O
113 Colégio apresentou como justificativa de gratuidade os seguintes serviços: a concessão de 06 bolsas parciais (50% a
114 80% do valor da mensalidade) e 81 bolsas integrais, com o custo anual total de R\$ 577.182,72 (Quinhentos e setenta e
115 sete mil, cento e oitenta e dois reais e setenta e dois centavos); parceria com o Projeto Arte, Cultura e Valorização
116 Humana, que atende a 151 adolescentes/jovens de 14 a 17 anos, com diversas oficinas de arte/cultura, em horário
117 alternado à escola. O custo anual desse é de R\$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais); O Projeto Qualificação para
118 o Trabalho, parceria com o Centro de Formação em Enfermagem de Minas Gerais – CEFEMG que beneficia a 35
119 jovens com pagamento de bolsa de estudo, vale-transporte, material didático. O custo anual é de R\$ 70.000,00; O
120 Projeto Qualificação para o Trabalho, formação profissional em parceria com a Ação Social Técnica – AST que
121 atende a 1.000 adolescentes com o custo anual de R\$ 275.000,00 (Duzentos e setenta e cinco mil reais); O Programa
122 Família Acolhedora em parceria com a PBH/SMAAS que custeia o pagamento de 100 bolsas – auxílio às famílias
123 atendidas pelo programa no valor de um salário mínimo. O custo anual desse programa é de R\$ 360.000,00 (Trezentos
124 e sessenta mil reais); O Projeto Renda Mínima em parceria com a PBH para custear o pagamento de 100 bolsas –
125 auxílio/mês no valor de R\$ 195,00 a famílias atendidas pelo Serviço de Orientação Sócio – Familiar - SOSF, com
126 custo anual de R\$ 234.000,00 (Duzentos e trinta e quatro mil reais) e a parceria com Circo de Todo Mundo, que
127 custeia o pagamento de bolsa-auxílio no valor de R\$ 100,00/mês para crianças e adolescentes atendidos no Programa
128 de Erradicação do Trabalho Infantil Doméstico, durante 10 meses, com custo anual de R\$ 250.000,00 (Duzentos e
129 cinquenta mil reais. Terminada a apresentação foram feitos alguns esclarecimentos, solicitados pela plenária. Léa
130 sugeriu que o Conselho convidasse a Secretária executiva do Conselho Nacional de Assistência social – CNAS,
131 Cláudia Saboia, juntamente com o Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS para fazer uma explanação geral
132 a cerca da certificação da filantropia. Colocada em votação foi aprovada a renovação da inscrição deste Colégio por 29
133 votos. Em seguida o conselheiro Luís Fernando propôs, para a 1ª Plenária de outubro, a vinda de Cláudia Saboia e que
134 junto com o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais -
135 PUC/MG abrisse um seminário, uma capacitação voltada para os profissionais da área do Serviço Social pautando,
136 principalmente, a prestação de contas da filantropia no Conselho. As entidades, às vezes, têm questões que
137 sobrecarregam a Secretaria Executiva. Disse que Conselho está precisando de um norteador, criar uma estrutura de
138 capacitação que será um facilitador, inclusive para a Comissão de Normas, pois as questões chegarão mais claras, num
139 processo mais unificado. Concluiu dizendo que Léa colocaria a proposta em votação, mas que não sabia se a PUC/MG
140 e o CRESS tinham interesse em formar um grupo, para trabalhar essa capacitação com a vinda da Cláudia Saboia. Léa
141 colocou a proposta em votação sendo aprovada com 28 votos e 2 abstenções. Pediu à Comissão de Normas que
142 pautasse na Mesa Diretora a construção da proposta de capacitação para que pudesse ser viabilizada. Logo após
143 convidou a Comissão de Financiamento para coordenar os próximos três pontos de pauta, começando pela aprovação
144 da Proposta da Previsão Orçamentária de 2008. Léa passou a palavra para José Carlos Dias Filho, conselheiro e
145 coordenador da Comissão de Financiamento. José Carlos iniciou sua fala reforçando a necessidade da participação da
146 sociedade civil na Comissão de financiamento devido à importância das análises que tem sido feitas sobre os
147 documentos que chegam ao Conselho. Informou que a Comissão tem 4 conselheiros governamentais e 2 da sociedade

148 civil. É uma questão complicada num Conselho que é paritário. Com relação às considerações da Comissão sobre a
149 Proposta Orçamentária, disse que foram realizadas 2 reuniões, nos dias 03 e 07 de agosto, para apreciar o documento.
150 Porém, na análise da Comissão, duas reuniões foram pouco diante de um assunto relevante como é o orçamento. A
151 Comissão analisou o documento e a Secretaria compareceu nas duas reuniões, levando alguns esclarecimentos.
152 Concluiu dizendo que a Comissão abordou 5 pontos: os recursos da área para pessoa com deficiência, recursos das
153 creches, o percentual do orçamento, a ampliação dos NAF's e o estudo de custo. Estes pontos estão contemplados no
154 parecer que será lido por João Ademar Specht. Antes de fazer a leitura do parecer João Ademar fez algumas
155 considerações. Disse que a Comissão não discutiu a proposta sob o ponto de vista didático, ou seja, como é que faria a
156 sua apresentação. Porém a Comissão concluiu que não passaria novamente os 5 pontos, mas seria importante ter
157 presente os grandes itens. Indagou sobre o que caberia ao Conselho, se seria só ouvir os números e concordar ou fazer
158 uma discussão, na medida do possível, qualitativa de conteúdo e avanço. Essa decisão caberia ao Conselho, dado a
159 limitação do tempo, pois os prazos para fechar o orçamento já estavam exauridos, uma vez que o Poder Executivo tem
160 prazo legal para encaminhar ao Legislativo, que por sua vez tem a liberdade ou função constitucional de analisar,
161 avaliar o orçamento e é importante o Conselho acompanhar esse processo. João Ademar colocou que comparando
162 2008 com 2007 não houve alteração significativa em termos de volume financeiro, pois o orçamento está em torno dos
163 36 milhões. Destacou que cabe ao Conselho uma discussão direta sobre os valores relativos ao Recurso Oriundo do
164 Tesouro – ROT, quanto aos valores referentes ao Estado e do Governo Federal o Conselho não tem muita influência.
165 Com relação ao ROT a proposta é passar de 19 milhões de reais para mais de 21 milhões de reais, o que significa um
166 aumento de 9%. Concluiu dizendo que não se sabe em quanto o orçamento global da Prefeitura vai crescer, se for mais
167 que os 9%, o percentual do Fundo da Assistência Social vai diminuir; se orçamento global crescer menos que os 9%,
168 significa que a proposta do Fundo da Assistência terá uma participação maior. Após a leitura do parecer da
169 Comissão de financiamento, passou-se a palavra para Ana Rogéria, que esclareceu sobre o primeiro ponto concernente
170 ao Piso de Transição de Média Complexidade: esse recurso é o que financiava a Rede Clínicas. Os dados apresentados
171 mostram que 1 milhão e 500 mil reais foi para a Saúde para financiar a pessoa com deficiência, na própria área da
172 Saúde. Parte do recurso ficou para a expansão do Muriki, que antes acontecia em seis regionais e agora está em
173 ampliação nas outras três, além de qualificar a composição da equipe técnica e o trabalho desenvolvido pelo programa.
174 O restante do recurso, que seria destinado para um tipo de serviço, está em discussão em função da demanda que
175 apareceu no diagnóstico como muito pequena. A Assistência tem que discutir essa questão com a Saúde porque é ela
176 que executa o programa Arte na Saúde, em parceria com a Assistência, mas é ela que coordena e desenvolve as ações.
177 Com relação aos valores Ana Rogéria informou que a Assistência recebeu do Governo Federal o valor total de R\$
178 3.700.527,24 (Três milhões, setecentos mil, quinhentos e vinte sete reais e vinte e quatro centavos). Destes foram
179 repassados à Saúde R\$ 1.514.133,90 (Um milhão, quinhentos e quatorze mil, cento e trinta e três reais e noventa
180 centavos) , ficando para a Secretaria R\$ 2.186.393,34 (Dois milhões, cento e oitenta e seis mil, trezentos e noventa e
181 três reais e noventa centavos). Do recurso da Assistência R\$ 228.300,00 (Duzentos e vinte e oito mil e trezentos reais)
182 foi destinado para qualificar o Muriki e R\$ 597.600,00 (quinhentos e noventa e sete mil e seiscentos reais) para
183 ampliar para as outras regionais. Concluiu dizendo que, juntando o recurso aplicado no Muriki com o recurso do
184 Programa de Atenção à Criança – PAC, que também financiava o Muriki, o orçamento anual é de R\$ 904.000,00
185 (Novecentos e quatro mil reais), restando R\$ 1.380.000,00 (Um milhão, trezentos e oitenta mil reais) que ainda está
186 em discussão. Após alguns esclarecimentos solicitados pela Plenária a colaboradora da PUC/MG fez algumas
187 considerações. Primeiramente, sobre a fala do conselheiro João Ademar que fez uma ponderação do que caberia ao
188 Conselho em relação à Proposta Orçamentária. Ressaltou que a função do Conselho é apreciar e aprovar a Proposta
189 Orçamentária a ser encaminhada pelo órgão da administração pública federal responsável pela coordenação da Política
190 Nacional de Assistência Social - PNAS, como está na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, uma vez que é de
191 âmbito nacional. Destacou que a questão desse debate estava assegurada em lei e os conselheiros têm o poder
192 inclusive de aprovar. Outra questão é que essa Proposta Orçamentária será encaminhada pela Secretaria ao órgão da
193 Prefeitura que vai agregar ao orçamento das demais Secretarias, compondo uma Proposta que será enviada pelo
194 Prefeito, através de uma mensagem, para a Câmara Municipal. Após a apreciação da Câmara o Prefeito sanciona.
195 Concluiu dizendo que esta Proposta não é para esse ano, ela á aprovada no ano anterior para o ano seguinte. O
196 conselheiro Leandro Carvalho Silva ressaltou que se o Arte na Saúde não é pertinente, tem que se pensar em outra

197 forma para aplicar esse recurso de 1 milhão e 300 mil reais. Em seguida Léa colocou que todos teriam que ter claro
198 que estariam aprovando um planejamento para o próximo ano e que a questão das Clínicas e do Muriki é um processo
199 em curso no Conselho. Respondeu ao Leandro lembrando que na reunião de transição a ex-conselheira Sandra Regina
200 Ferreira Barbosa apresentou o Grupo de Trabalho das Clínicas (GT Clínicas) e reforçou a importância do GT
201 continuar os trabalhos. Finalizou salientando que o diagnóstico foi apresentado em Plenária e deve compor a pasta que
202 reúne o material das Plenárias e o GT terá isso em mãos. Ana Rogéria esclareceu que, com relação aos R\$
203 1.380.000,00, mesmo que não tenha uma proposta, ele estará na previsão orçamentária do próximo ano como recurso
204 de média complexidade. Léa complementou a fala de Ana Rogéria lembrando que, por determinação da Secretária
205 Municipal Adjunta de Assistência Social, Sra. Rosilene Cristina Rocha, na próxima quinta-feira, começa a
206 implantação do Muriki nas 3 regionais que faltam. Disse que a proposta da Secretaria é manter na íntegra esse recurso
207 para o próximo ano. Concluiu dizendo que é muito importante e necessário que o GT Clínicas se reúna e volte ao
208 trabalho. A seguir passou-se ao Piso de transição de Creche Comunitária. Ana Rogéria disse que a discussão é que
209 esse recurso seja investido na ampliação dos NAF's e conseqüentemente nas ações de proteção social básica.
210 Informou que a meta do Governo Federal é universalizar os NAF's no sentido de que todos os municípios tenham pelo
211 menos um NAF/CRAS. Concluiu dizendo que em 2005 Belo Horizonte recebeu recurso para ampliação dos NAF's e
212 que em 2007 e 2008 tem previsão para ampliação, mas com recursos próprios. O município não receberá
213 financiamento novo até que o Governo Federal consiga atingir todos os municípios do país. A conselheira Mônica de
214 Cássia Barbosa Tófani acrescentou que a questão das creches está presa no nível nacional, junto ao Ministério da
215 Educação – MEC e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB e há uma posição
216 contrária, falando que o recurso da Creche lotado na Assistência deve ir para a Educação. Concluiu dizendo que a
217 Assistência defende que o recurso continue na Assistência para prover seus serviços. Após o esclarecimento Luís
218 Fernando destacou que Belo Horizonte pode avançar na Política no sentido de que quando houver novos chamamentos
219 da Educação que estas creches, que recebem recursos da Assistência, sejam encampadas pela Educação. Disse que
220 gostaria que a Secretária tentasse junto ao MEC agilizar esse processo, na tentativa de trazer mais recursos para a
221 Assistência. Léa propôs que o CMAS chamasse o Conselho municipal da Educação – CME para discutir o assunto, no
222 sentido de fortalecer todas as vias. Com relação ao estudo de custo Léa falou que está previsto para o orçamento do
223 próximo ano, mas sem definição ainda de quais serão. O conselheiro Luís Fernando destacou a importância de ter o
224 estudo de custo, uma vez que o que é repassado à rede conveniada não está dando para trabalhar com os programas e
225 serviços da Prefeitura. Com isso corre-se o risco das entidades não se credenciarem mais e o usuário ficar desassistido.
226 As exigências são muitas, mas o aporte da entidade está maior que o aporte do poder público. Em seguida Mônica
227 informou que uma das questões que a Secretaria tem discutido é de não desagregar a lógica do financiamento com o
228 padrão de qualidade. Disse que o estudo de custo sozinho desqualifica, porque trata de uma dimensão do serviço que é
229 a estrutura. Concluiu dizendo que a Secretaria tem a dimensão do processo de trabalho e de resultado que tem que ser
230 apresentado ao Conselho. A conselheira Margareth destacou que, quando se fala em percentual, deve-se saber qual é o
231 orçamento da Prefeitura para saber o quanto esse dinheiro em real significa em percentual. Outra questão é que este
232 ano teve Conferência e foram deliberadas duas ações prioritárias para o município de Belo Horizonte em cada direito,
233 com o compromisso de que a Prefeitura realizará todas as deliberações. Entretanto o orçamento apresentado não está
234 contemplando as deliberações da 7ª Conferência. Respondendo a Margareth, Léa colocou que a discussão da alteração
235 da Conferência, de 2 em 2 anos, é exatamente porque quando faz Conferência com esse período deslocado do Plano
236 Plurianual de Ação Governamental – PPAG, a Secretaria fica engessada, mesmo porque tem que crescer e a estrutura
237 não cresce. Com relação ao prazo lembrou que na última reunião havia falado que era importante que os conselheiros
238 conhecessem o calendário que pauta o conselho, porque é um calendário definido na Lei Federal n.º 4320, que
239 determina até setembro para as Prefeituras entregarem seus orçamentos às Câmaras Municipais. Léa resgatou a fala da
240 Regina sobre a importância de discutir uma estratégia para o Conselho continuar se mobilizando porque a Câmara é
241 um grande recurso e os vereadores mobilizados podem aumentar o orçamento da Assistência, pois lá é o lugar de
242 garantir que cresça esse orçamento. Destacou que o orçamento aprovado no conselho não está garantido, ele ainda vai
243 para outras etapas. Sendo assim a Comissão de Financiamento terá que manter um processo de mobilização para o
244 Conselho acompanhar todas as etapas e quando o orçamento for para a Câmara acompanhar e fazer “pressão” para que
245 cresça o orçamento da Assistência Social no município. Com relação ao estudo de custo Luís Fernando colocou que,

246 para prestar um serviço de qualidade para o usuário, tem que ter recursos financeiros. O problema é que vai chegar um
247 momento em que as entidades, que trabalham com esse conveniamento, não vão dar conta de executar o serviço
248 proposto dentro da Política de Assistência Social, com qualidade. Disse que a Assistência Social tem que ter o status
249 de Política, como a Saúde e a Educação têm, para poder deliberar sobre o recurso. Ressaltou que o estudo de custo é
250 para qualificar o atendimento às pessoas, pois o mais importantes do Sistema são os usuários. Destacou que isso é
251 muito sério para poder falar que Belo Horizonte caminha a “passos largos” dentro de uma Política de Assistência
252 Social, cujo titular do MDS é ex-prefeito. Disse que o município está precisando resgatar um pouco do ideal de Patrus
253 Ananias. Luís Fernando concluiu dizendo que a Secretaria deveria voltar ao porte que era antes para galgar mais
254 recursos e poder executar uma Política de Assistência Social justa e de acordo com a demanda do município. Léa
255 colocou que o parâmetro de qualidade é o primeiro degrau para saber quanto custa um serviço. O que Mônica estava
256 falando é que na Secretaria tem um processo para definir qual a qualidade do serviço, para depois colocar o preço,
257 porque senão vai discutir o custo do serviço sem saber o que vem em troca desse recurso. Em seguida Léa passou a
258 palavra para a representante da Secretaria, Eliane Quaresma Caldeira Araújo, que chamou a atenção para a questão de
259 atingir os 5% de financiamento para a área social e a importância dos movimentos organizados para que se faça
260 cumprir isso. Deu exemplo da Comissão de Participação Popular da Assembléia que surgiu através da sociedade civil
261 organizada. Antes o orçamento era um orçamento insignificante e hoje já existe, não responde aos anseios da Política,
262 mas tem o exemplo que mostra que se a sociedade civil se organizar conseguirá fazer proposta e fazer com que ela seja
263 cumprida. Logo após foi dada a palavra ao Gerente Administrativo da Assistência Social, Roberto César de Assis
264 Fonseca, que falou que o estudo de custo é muito importante e está previsto na Proposta. Informou que estão previstos
265 5 diagnósticos para o próximo ano, a cargo da Gerência de Políticas de Assistência Social. Propôs a correção da
266 tabela, que passou despercebido nas duas reuniões de Comissão de Financiamento, o percentual, na verdade, significa
267 um acréscimo. Falou que procurou um resumo geral do orçamento da Assistência. Ele está indicando quanto foi
268 empenhado em cada programa principal, até o mês de junho e quanto está projetado para o ano de 2008 em relação ao
269 que foi aprovado na Lei Orçamentária desse ano. Informou que, em linhas gerais, na Proteção Social Básica o
270 orçamento cresceu 4%, significando uma proposta de R\$ 19.927.330,00 (Dezenove milhões, novecentos e vinte e sete
271 mil e trezentos e trinta reais) ante o valor de 19.131.236,00 de 2007 (Dezenove milhões, cento e trinta e um mil e
272 duzentos e trinta e seis reais). Disse que vai pedir ao Secretário Executivo do CMAS/BH, Domingos Sávio de Araújo,
273 para enviar aos conselheiros uma nova planilha com o número corrigido. Roberto destacou que o orçamento está
274 crescendo, mas depende da aprovação da Câmara Municipal e da Secretaria de Planejamento, que deve ainda rever os
275 números. Ressaltou que em 2006 o orçamento de recursos do tesouro executados foi de 19.671.057,00 (Dezenove
276 milhões, seiscentos e setenta e um mil e cinquenta e sete reais) sendo 4% superior ao que tinha sido aprovado na Lei
277 Orçamentária de 2006. Para 2007 a Secretaria conseguiu recursos adicionais no valor de R\$ 1.250.000,00 (Um milhão
278 e duzentos e cinquenta mil reais), de recurso do tesouro. Outra questão é quanto ao que foi dito sobre os serviços da
279 Proteção Social Especial de alta complexidade, que é o recurso das Clínicas. O recurso federal veio na rubrica de alta
280 complexidade em 2006, mas neste ano ele já veio na média complexidade. Roberto concluiu dizendo que tão logo o
281 Conselho aprove a Proposta Orçamentária ele fará o cadastramento no sistema orçamentário. Atendendo a conselheira
282 Margareth Léa pediu que a Secretaria informasse qual o percentual do orçamento da Assistência no orçamento da
283 Prefeitura de Belo Horizonte. A conselheira Cristiane Nazareth da Silva disse que Roberto falou que o orçamento foi
284 analisado pela Comissão de Financiamento, mas não há indicativo de aprovação ou reprovação por parte da Comissão.
285 José Carlos completou a fala da Cristiane, dizendo que nas reuniões da Comissão só tinha pessoas do governo e o
286 parecer teria o indicativo de aprovação, mas em consideração a Comissão não está apresentando este parecer.
287 Concluiu ressaltando que deve haver a participação efetiva da sociedade civil. Léa colocou a Proposta Orçamentária
288 em votação e foi aprovado com 20 votos a favor, 1 contrário e 8 abstenções. Em seguida Léa fez a proposta de
289 apresentar os Comunicados e a Mensagem, fazendo a inversão do ponto da apresentação do Relatório
290 Circunstanciado. A proposta foi aprovada. Léa apresentou a mensagem n.º 008/07 que versa sobre a proposta de
291 escolha de entidade para a capacitação/formação dos educadores, dirigentes e técnicos dos abrigos, pertencentes aos
292 serviços de Proteção Especial – Alta Complexidade. O valor anual do investimento será de R\$ 19.750,98 (dezenove
293 mil e setecentos e cinquenta reais e noventa e oito centavos). Ressalta-se que tal procedimento faz-se pela necessidade
294 da estruturação da capacitação em módulos complementares que assegurem uma formação básica e continuada aos

295 profissionais da rede de Abrigos, visando a qualificação dos serviços de Proteção Especial – Alta Complexidade. Visa,
296 também, alcançar resultados no que se refere à qualidade do acolhimento institucional e do processo de reinserção e
297 garantia da convivência familiar e comunitária da criança/ adolescente. Terminada a apresentação Mônica Tófani
298 reforçou que esse recurso vai fazer parte da formação e significa que todos os educadores vão passar por essa
299 formação básica e não será mais condicionada a possibilidade ou não, a escolha ou não de participar. Haverá uma
300 metodologia de acompanhamento dessa formação. A Mensagem foi colocada em processo de votação e aprovada com
301 25 votos. Na seqüência Léa passou para o Comunicado da SMAAS, discutido na Comissão de Financiamento, que
302 precisa de referendo da plenária. Fez a leitura do Comunicado relativo ao remanejamento de 15 per capita, crianças
303 em regime de abrigo, realizado pela Ação Social da Igreja Batista da Lagoinha para a Fundação Oásis, ambas da
304 mantenedora Igreja Batista da Lagoinha, a partir de julho de 2007. Informamos que a entidade supracitada receberá o
305 valor de R\$ 41.770,12 (quarenta e um mil, setecentos e setenta reais e doze centavos), que serão repassados em 06
306 parcelas de R\$ 5.967,16 (cinco mil, novecentos e sessenta e sete reais e dezesseis centavos), referente aos meses de
307 julho a dezembro. Justifica-se tal procedimento devido à extinção da Ação Social da Igreja Batista da Lagoinha, cujas
308 ações não foram interrompidas, havendo a incorporação das atividades pela Fundação Oásis. O outro Comunicado é
309 relativo ao aditamento do convênio com a Entidade Associação Grupo Espírita “O Consolador” para a execução das
310 ações do serviço de Proteção à Pessoa com Deficiência – Muriki, nas 9 regionais, a partir de 03 de julho, com vigência
311 de seis meses, no valor de R\$ 452.183,04 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, cento e oitenta e três reais e quatro
312 centavos) distribuídos em seis parcelas no valor de R\$ 75.363,84 (setenta e cinco mil, trezentos e sessenta e três reais e
313 oitenta e quatro centavos). O recurso é proveniente do término do convênio junto às entidades INAPLIC e Fundação
314 Dom Bosco e estão acrescidos ao total do Piso de Transição de Média Complexidade os recursos oriundos do
315 remanejamento de clínicas, na modalidade de Reabilitação. Terminada a leitura abriu-se espaço à discussão em
316 Plenária. O conselheiro Levi falou que a sede do Consolador é na Vila Senhor dos Passos e o maior projeto dele é um
317 albergue que, na verdade, é um depósito de pessoas. Questionou como o Muriki, que é um programa tão sério, vai
318 parar nas mãos de uma entidade, não aceita pelos moradores. Disse que, de todos os albergues que conhece, o
319 administrado pelo “O Consolador” é o pior. Concluiu fazendo um apelo para que a Secretaria tenha a responsabilidade
320 de acompanhar a entidade bem de perto e sugeriu que o Conselho faça uma comissão para acompanhar de perto o
321 trabalho desenvolvido pelo O Consolador. O conselheiro Luís Fernando fez várias colocações, dentre elas colocou que
322 há um consenso na Lei de Parcerias que o aporte financeiro só pode partir do pressuposto dos 25% e o aporte
323 apresentado no Comunicado praticamente quadruplicou. Disse que O Consolador recebeu 452 mil reais por 6 meses,
324 para um orçamento da Assistência que é enxuto. Alertou para o problema que o Conselho teve com a AMAS e outros.
325 Concluiu questionando sobre o critério feito para O Consolador garantir as 9 regionais. Léa lembrou que quem abre a
326 porta para uma entidade se conveniar é o Conselho quando a Comissão de Normas certifica a entidade como de
327 Assistência Social. Ana Rogéria disse que com relação ao plano de trabalho já está feito e discutido com a equipe
328 central. O novo formato do Muriki, em linhas gerais, terá a equipe técnica composta por 2 técnicos de nível superior e
329 dois estagiários e um técnico de nível médio que vão trabalhar em cada regional. Os técnicos vão ficar na regional
330 com uma relação direta com os gerentes. Tem a equipe central que é responsável por fazer o atendimento técnico –
331 metodológico do trabalho das equipes da regional para garantir a qualidade. Com relação ao recurso disse que 90% vai
332 para o pagamento dessa equipe e o percentual para custear as ações é muito pequeno. Sobre a saída das instituições
333 disse que fez-se uma reunião e a Secretaria colocou as questões, o que estava proposto no novo formato, qual era a
334 definição, a idéia do trabalho e não houve nenhuma questão. Concluiu dizendo que o INAPLIC se posicionou que não
335 tinha condições de realizar esse trabalho para toda a cidade. Após alguns esclarecimentos Léa fez dois
336 encaminhamentos: como o Muriki está vinculado diretamente ao GT Clínicas que o GT incorpore em suas atividades
337 o acompanhamento dessa execução, para que daqui a seis meses o Conselho tenha uma avaliação. O outro
338 encaminhamento é com relação ao Albergue. Léa sugeriu que fosse constituído um grupo de conselheiros para fazer
339 uma visita ao Albergue em diversos horários e preparar uma avaliação e trazer em Plenária para que o Conselho
340 encaminhasse a questão. Depois de formada uma avaliação dos conselheiros abre-se a discussão com a Secretaria.
341 Concluiu pedindo ao Sávio para fazer contato com todos da Comissão de Política e estabelecer o calendário de visitas,
342 com proposta de voltar na Plenária de Outubro. O último ponto de pauta referiu-se a apresentação do Relatório
343 Circunstanciado, instrumento de prestação de contas da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDESE,

344 parte integrante da Resolução do co-financiamento estadual aos serviços de Proteção Social Básica e Especial de
345 Assistência Social. Léa informou que esse benefício tinha seu objetivo e foi implantado e agora a SEDESE solicita um
346 parecer do Conselho no processo de prestação de contas desse recurso. Léa passou a palavra para Eliane Quaresma, da
347 Gerência de Proteção Especial e responsável pelo encaminhamento. Eliane disse que a Secretaria do Estado, através de
348 algumas deliberações, junto com a Comissão de Participação Popular, desde 2006 vem fazendo alguns aportes de
349 recurso para que seja usado nos benefícios eventuais. Com relação aos benefícios eventuais Belo Horizonte já tem os
350 Plantões Sociais que oferecem o auxílio a gestação múltipla para trigêmeos e o auxílio funeral, lembrando que o
351 auxílio não quer dizer que seja em espécie. O valor do recurso que veio para financiar os benefícios eventuais em BH
352 foi de R\$ 7.000,00. A saída para esse recurso foi fazer uma pesquisa de entidades que trabalhassem com auxílio
353 natalidade e só conseguimos a Manjedoura. A Secretaria fez a visita e um acompanhamento técnico e constatou que o
354 trabalho desenvolvido pela entidade é muito interessante. Ela presta serviço a 100 gestantes e mães carentes
355 oferecendo atendimento fisioterápico, jurídico, psicológico, nutricional. O atendimento é estendido aos companheiros
356 ou a família. Então a Secretaria entrou em contato com a entidade e fez a parceria. Com esse recurso ela passou a
357 atender mais 100 mães, com distribuição não só do enxoval, mas com todo o atendimento oferecido por ela. No
358 relatório tem todas as atividades, como é feito a entrevista, a supervisão, o atendimento com nutricionista. A mãe
359 recebe acompanhamento até a criança atingir a idade de três anos. Concluiu dizendo que, como o município já executa
360 o benefício, a Secretaria transferiu esse recurso a uma entidade de BH. Terminada a exposição Léa sugeriu o
361 encaminhamento de aprovar o documento que tem a ver com o gasto da entidade, mas que o Conselho encaminhe um
362 documento para a SEDESE mostrando a indignação com esse recurso, do que ele significa, das demandas do
363 município e da importância de fato co-financiar as ações em BH. Luís Fernando propôs encaminhar, além das outras
364 instâncias do governo estadual, cópia às três esferas de governo. Léa pediu ao Sávio que olhasse se tinha quorum para
365 esse encaminhamento. Na votação 19 votaram a favor. A conselheira Maria Aparecida Bordin Brasil salientou que
366 deve fazer uma demonstração bem feita do que é benefício eventual para o município, quais são as modalidades
367 atendidas, qual o recurso gasto no ano de 2006 e encaminhar ao Estado, porque isso é sério. Luís Fernando colocou
368 que o que estava acontecendo era uma questão de jurisprudência. Na verdade a prestação de conta será feita pela
369 Secretaria. Disse que o Conselho foi consultado para ver que esse recurso é ínfimo. Finalizou dizendo que não
370 precisaria de pessoas para deliberar, pois o documento não está sendo votado. O parecer está dado e é positivo. A
371 Secretaria executou o serviço e o Conselho fará a moção nas três esferas de governo. Na conclusão dos trabalhos Léa
372 informou que o encaminhamento seria dado conforme o que havia sido discutido em Plenária. Nada mais havendo foi
373 encerrada a Plenária e eu, João Ademar Specht, Secretário Geral do Conselho Municipal de Assistência Social, lavro e
374 assino a presente ata. Belo Horizonte, 08 de agosto de 2007.